

'Juro pode pôr tudo a perder'

SERVIÇO LOCAL E AGÊNCIA ESTADO

O acordo foi auspicioso, firme e deverá trazer alento para a economia brasileira, afirmou Laerte Setúbal, diretor da Duratex e vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O esforço dos negociadores brasileiros, porém, poderá ser inteiramente perdido, caso os banqueiros norte-americanos decidam elevar as taxas de juros. O empresário acha que isso ocorrerá inevitavelmente.

A crise financeira internacional facilitou a negociação, na opinião de Setúbal, já que a questão da moratória brasileira deixou de ser fato importante. Seus efeitos, entretanto, poderão ser eliminados, caso os EUA tenham necessidade de atrair recursos e para isso, elevem as taxas de juros.

O presidente do conselho de administração da Artex e também presidente da AEB, Norberto Ingo Zadrozny, festejou o "fim da novela". O Brasil, na sua opinião, não poderia permanecer por muito mais tempo distante da comunidade financeira internacional. Defende, porém, a imediata regulamentação da conversão da dívida em capital de risco, desejada pelos credores estrangeiros, para que o diálogo fique mais fácil.

PMDB ATRAPALHA

Tanto o presidente da Federação

das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luís Carlos Mandelli, quanto o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado, Sérgio Schapcke, elogiaram ontem, em Porto Alegre, a formalização do acordo de renegociação da dívida externa. "É muito importante o País não ter seus créditos desclassificados", não sendo considerado "mau pagador", enfatizou Mandelli, para quem não deve haver qualquer entrave a uma possível ida do País ao Fundo Monetário Internacional.

"DESFAVORÁVEL"

O chefe do Centro de Estudos Monetários e Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, economista Paulo Nogueira Batista Jr., disse ontem que as primeiras informações sobre o acordo provisório da dívida externa "representam um resultado desfavorável ao Brasil, que implica a suspensão da moratória e compromete cerca de um terço das reservas brasileiras".

Ressaltando que precisa examinar os termos do acordo nos seus detalhes ainda não divulgados, o economista da FGV disse que o comprometimento das reservas brasileiras — US\$ 1,5 bilhão correspondentes ao depósito do Brasil numa conta de caução do Banco de Compensações Internacionais — "é negativo para o País, principalmente num quadro de agravamento da situação financeira internacional, em que deveríamos preservar essas reservas".